

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE ÁREA PARA CANTINA ESCOLAR

LOCADOR – COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA, estabelecimento de ensino com inscrição no CNPJ/MF sob nº 80.637.838/0037-30, com sede na Rua das Valerianas nº 230 – bairro de Vila Bela, município de São Paulo, capital, neste ato representada por sua Diretora Presidente **DEONISIA DIADIO**, brasileira, solteira, religiosa, portadora da cédula de identidade RG nº 5.042.917-2 e inscrita no CPF nº 757.397.719-00.

LOCATÁRIA – FÁTIMA FELISCINO MENEGATTI, brasileira, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº 9.623.147 e com inscrição no CPF/MF sob nº 006.494.588-00, residente na Rua São Quintino nº 254, bairro de Vila Marieta, CEP 03618-000, São Paulo, capital.

Considerando que:

- (i) O LOCADOR é legítimo proprietário do imóvel descrito no preâmbulo do presente contrato, onde funciona o estabelecimento de ensino COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA, e neste local há uma área destinada ao funcionamento de uma cantina escolar;
- (ii) A referida área possui todas as instalações elétricas e estrutura necessárias ao funcionamento de uma cantina escolar;
- (iii) O LOCADOR atua no ramo de lanchonetes/restaurantes e possui plena capacidade de exercer suas atividades nesta área.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Locação Comercial, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DESTE CONTRATO:

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a locação de espaço físico para exploração de Cantina Escolar localizada dentro do prédio sede do LOCADOR, com área de aproximadamente 26 m².
- 1.2. O local da cantina, objeto deste contrato, destina-se exclusivamente à venda de refeições, lanches, sucos, doces e similares. Sendo vedada a venda de qualquer tipo de produtos alcoólicos, medicamentos, cigarro, tabaco e outros produtos tidos como prejudiciais à saúde do ser humano, especialmente de crianças e adolescentes, bem como não é permitido fumar no recinto locado e nas demais dependências do LOCADOR, por força do Regimento Interno, de lei municipal, estadual e federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO:

- 2.1. O presente contrato terá validade de um ano letivo, na forma de lei, iniciando-se em 01 de agosto de 2025 e tendo seu término previsto para 01 de agosto de 2026.

- 2.2. Findo o presente contrato, obriga-se a LOCATÁRIA a restituir o espaço de locação completamente desimpedido de pessoas e de coisas, independentemente de qualquer aviso ou notificação, ou ainda de interpelação de qualquer espécie.
- 2.3. Se a LOCATÁRIA, usando da faculdade que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 8.245/1991, devolver o imóvel locado antes de decorrido o prazo ajustado, pagará ao LOCADOR multa compensatória proporcional ao tempo restante do contrato, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total dos aluguéis vigentes à época, relativos aos meses faltantes.
- 2.4. Fica facultada a prorrogação do presente contrato, mediante termo aditivo, constando a renovação nos termos e condições que forem pactuados.
- 2.5. A LOCATÁRIA compromete-se a observar e respeitar os horários de funcionamento da cantina escolar, conforme definidos pelo LOCADOR, em consonância com o calendário escolar e a rotina pedagógica da instituição. O horário regular de atendimento da cantina deverá ocorrer de segunda à sexta-feira, das 07h às 18h 30, durante o período de expediente escolar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ALUGUEL, REAJUSTE E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. O valor do aluguel mensal será de R\$4.675,00 (quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais) a ser pago até o 5º (quinto) dia útil do mês, já incluído o consumo de luz, água e esgoto.
- 3.1.1. Por mera liberalidade do LOCADOR, na hipótese de pagamento pontual, fica concedido à LOCATÁRIA o desconto equivalente a R\$200,00.
- 3.1.2. No mês de janeiro e julho é dispensado o pagamento de aluguel em decorrência do recesso escolar.
- 3.1.3. Os valores dos aluguéis que não forem quitados dentro do prazo supracitado, serão acrescidos de multa de 10% (dez por cento) e dos juros moratórios de 1 % (um por cento) ao mês a partir do 30º (trigésimo dia de atraso), sem prejuízo da atualização monetária segundo os critérios estipulados pela tabela DEPRE, editada pelo E. TJ-SP.
- 3.1.4. Em caso de necessidade de intervenção de profissional especializado, para a cobrança de aluguel vencido, a LOCATÁRIA suportará os encargos decorrentes de honorários (advocatícios, no caso), no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, na fase extrajudicial, e de 20% (vinte por cento), sobre o valor do débito, na fase judicial.
- 3.1.5. A falta do pagamento por dois meses consecutivos ou o atraso alternado em quatro meses, constitui causa, por si para rescisão do presente contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.
- 3.2. O aluguel estabelecido no *caput* desta cláusula deverá ser pago na tesouraria do Colégio.
- 3.3. A LOCATÁRIA fica isenta do pagamento do IPTU porventura incidente sobre a fração ideal que o espaço ocupa no imóvel.

- 3.4. Considerando eventuais casos de pandemia, e mediante determinação governamental, em caso de suspensão das aulas as partes poderão ajustar, mediante termo de aditamento contratual, novas condições contratuais em relação a forma e em relação ao valor do locativo.
- 3.5. As reposições de aula serão consideradas dias-letivos e serão computadas para efeitos de cobrança de aluguel na hipótese do parágrafo anterior.
- 3.6. O reajuste dos aluguéis ocorrerá a cada um ano, devendo ser aplicado o índice IGPM-FGV, ou por qualquer outro índice que vier a substituí-lo.
- 3.7. Os dias letivos com pouca frequência do alunado, não será motivo para a redução do valor do aluguel, nem tampouco o funcionamento em sábados ou domingos motivo para acrescer seu valor.

CLÁUSULA QUARTA – EXCLUSIVIDADE DA LOCATÁRIA:

- 4.1. A LOCATÁRIA terá exclusividade de exploração da cantina existente nas dependências do colégio no endereço, objeto deste contrato.

§ 1º - Desde já, a LOCATÁRIA fica ciente que, por ocasião das festividades juninas, evento tradicional praticado pelo LOCADOR, esta poderá comercializar alimentos e bebidas, em suas gincanas promovidas, devendo nesta data a LOCATÁRIA ceder o espaço da cantina, se assim solicitado pelo LOCADOR.

§ 2º – As partes convencionam a proibição de uso de aplicativos de venda de alimentos para os alunos do colégio LOCADOR.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICIDADE:

- 5.1. É vedado à LOCATÁRIA, desde já, em todo o período de vigência deste contrato, expor material alusivo ou publicitário relativo a alimentos industrializados ou suas marcas, bem como todo material publicitário que incite o consumo de alimentos ou bebidas industrializados, sobretudo propagandas de promoções criadas pela indústria alimentar que vincule a obtenção de prêmio ou brinde à compra desses alimentos ou bebidas.
- 5.2. É obrigatório à LOCATÁRIA a utilização de cartazes e cardápios que incentivem aos alunos o consumo alimentos elaborados e processados na própria cantina.

CLÁUSULA SEXTA – PROIBIÇÃO DE CESSÃO DO CONTRATO:

- 6.1. A LOCATÁRIA não poderá ceder ou transferir o imóvel locado a terceiros, sem a expressa anuência do LOCADOR, constituindo falta grave e motivo de rescisão contratual e aplicação da multa estipulada anteriormente.

CLÁUSULA SÉTIMA– DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS E FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO:

7.1. Este contrato é firmado entre as partes, tendo a LOCATÁRIA a obrigação de observar o seguinte critério: PRODUTOS PROIBIDOS, ALIMENTOS PERMITIDOS, e ALIMENTOS DE VENDA OBRIGATÓRIA.

§ 1º – PRODUTOS PROIBIDOS: Fica vedado à LOCATÁRIA comercializar, em suas dependências, produtos nocivos à saúde, brinquedos (ainda que acompanhados por produtos alimentícios), material escolar, bebidas alcoólicas, produtos contendo tabaco ou fumo ou qualquer outro produto cuja venda a menores seja proibida, nos termos da lei. É proibida a comercialização de goma de mascar (chiclete), doces em forma de pirulitos ou balas e sorvetes.

§ 2º - ALIMENTOS PERMITIDOS: Embora fique vedada a publicidade desses produtos, a LOCATÁRIA poderá comercializar refrigerantes, sendo proibida a comercialização de tal bebida na embalagem de lata, aos alunos menores de 7 anos. Alimentos do tipo “salgadinho”, pipocas, produtos industrializados são permitidos, mas a publicidade ou anúncios de tais é vedada. Chocolates podem ser comercializados, de preferência os que contenham em sua composição cereais ou aveia (tipo barra de cereal), e que os tabletes não ultrapassem 90g.

§ 3º - ALIMENTOS DE VENDA OBRIGATÓRIA: A LOCATÁRIA, obrigatoriamente, deverá comercializar diariamente, pelo menos um tipo de fruta da época, devidamente higienizada, devendo mencionar em seu cardápio diário ou anunciar em local visível. A fruta pode ser substituída por salada de frutas, desde que processada no mesmo dia que for comercializada, em embalagem apropriada, contendo os dizeres legais no que diz respeito à alimentos. A LOCATÁRIA se compromete a comercializar diariamente uma refeição completa, consoante prescrição de profissional de nutrição que assessorar o LOCADOR, sendo essa condição obrigatória sob pena de rescisão contratual. Se porventura não houver a referida prescrição, a refeição deverá conter necessariamente: Uma fonte de carboidrato (arroz, macarrão ou batata em purê), uma fonte de proteína vegetal (feijão ou outra leguminosa), uma fonte de proteína animal (carne de boi, peixe ou frango, ficando vedado o uso de embutidos), uma fonte de fibras (na forma de salada, preferencialmente). A refeição deverá ser acompanhada por uma sobremesa (gelatina, salada de fruta, fruta inteira) e ainda um suco de fruta (polpa ou natural) ou água mineral. A LOCATÁRIA deverá comercializar ainda lanches processados com farinha de trigo integral com recheios que contenham, por exemplo, verduras, cenoura ralada, patê de frango ou pescados, frios com baixo teor calórico.

§ 4º – Todos os produtos comercializados na cantina, bem como a matéria prima para sua confecção, sobretudo os de origem animal, deverão ter sua origem especificada, ficando vedado à LOCATÁRIA a comercialização de alimentos fora do prazo de validade. Os alimentos deverão ser manuseados em perfeitas condições de higiene e limpeza.

§ 5º - O armazenamento dos alimentos deve ocorrer em recipientes hermeticamente fechados, preferencialmente de vidro ou outro material que não libere substâncias tóxicas quando levados a fornos ou congeladores. Os recipientes devem conter etiquetas contendo os seguintes dados: Tipo ou nome do alimento, data do processamento, nome da pessoa que o manuseou. O armazenamento não pode ultrapassar 48 horas, após o que o alimento armazenado deve ser obrigatoriamente descartado.

§ 6º – Sempre que o LOCADOR julgar necessário, e desde que comunique à LOCATÁRIA com antecedência, esta deverá permitir a averiguação das condições de manuseio e dos alimentos comercializados na cantina.

§ 7º – Fica vedada à LOCATÁRIA praticar venda mediante pagamento futuro (“fiado”). Poderá, contudo colocar a disposição dos alunos o cartão de consumo pré-pago, desde que a adesão à proposta seja submetida aos pais ou responsáveis, que deverão autorizar, por contrato, a aceitação do serviço.

§ 8º – A LOCATÁRIA se obriga a comunicar, em dez dias da assinatura deste contrato, o nome do profissional habilitado (nutricionista) junto ao qual poderão ser obtidas informações nutricionais acerca dos alimentos comercializados, se o LOCADOR julgar necessário.

§ 9º - A LOCATÁRIA se obriga, ainda, a manter em seu quadro de colaboradores, somente os capacitados mediante certificado de conclusão do curso “BPSA – Boas Práticas Nos Serviços de Alimentação” oferecido gratuitamente pelo SEBRAE, mediante acesso à página eletrônica, ou outro curso equivalente, de formação à prática no manuseio de alimentos.

§ 10º – Será caracterizada falta grave a não observância do disposto nesta cláusula, constituindo-se de pleno a possibilidade de rescisão contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DOS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

8.1. A LOCATÁRIA deve zelar pela segurança, conservação, limpeza, higienização e manutenção da área, assumindo total e exclusiva responsabilidade pela guarda, uso e conservação de tudo quando se encontrar dentro de suas dependências, para assim a restituir quando findo ou rescindido este contrato, sem direito à retenção por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais correrão às suas expensas e serão desde logo incorporadas à área.

8.1.1. É vedado à LOCATÁRIA, sob pena de rescisão contratual, fazer quaisquer benfeitorias e/ou alterações, sem prévio consentimento por escrito do LOCADOR.

8.1.2. Ocorrendo a hipótese de mau uso da coisa locada, todas as despesas necessárias à recuperação do imóvel, correrão por conta única e exclusivamente da LOCATÁRIA.

8.2. A área é locada exclusivamente para uso da LOCATÁRIA, ficando proibido, sob pena de rescisão contratual, a mudança de destinação, a cessão da locação, a sublocação e/ou o empréstimo da área, total ou parcial, sem prévio consentimento por escrito do LOCADOR.

- 8.3. Ficará a cargo da LOCATÁRIA a obtenção de todos os pré-requisitos para a efetivação da atividade comercial/industrial a ser realizada, tais como alvará, licença e autorização perante o órgão público competente, bem como o pagamento de todos os emolumentos e despesas decorrentes da implantação, consecução e paralisação de suas atividades, enfim, todas as despesas de elaboração e execução deste instrumento.
- 8.4. Deverá a LOCATÁRIA respeitar a legislação sanitária em vigor, normas da vigilância sanitária, normas da ANVISA e ainda observando os métodos de boas práticas de fabricação para tudo que for disponibilizado para vendas e serviços, bem como a validade de produtos. O ambiente interno deverá atender as condições de saúde e segurança no trabalho, nos termos da legislação vigente, sob pena de rescisão contratual.
- 8.5. A LOCATÁRIA deverá fazer a separação do lixo reutilizável, reciclável, comum ou tóxico, acondicionar devidamente e fazer o correto descarte dos resíduos produzidos em toda a área locada e/ou decorrente das suas atividades, observando-se os critérios da coleta seletiva e ainda os padrões da legislação vigente.
- 8.6. É de responsabilidade da LOCATÁRIA a contratação e consultoria de uma nutricionista para avaliar e acompanhar os alimentos a serem comercializados durante a vigência deste contrato.
- 8.7. É de responsabilidade da LOCATÁRIA a contratação de empregados para trabalharem na cantina, seus salários e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, sem gerar nenhum tipo de vínculo empregatício com o LOCADOR.
- 8.8. A LOCATÁRIA deverá fornecer as suas expensas, o uniforme necessário ao seu pessoal, inclusive adequados à manipulação de alimentos e de acordo com as normas sanitárias.
- 8.9. A LOCATÁRIA deverá exigir de seu pessoal a apresentação adequada, bem como a mais correta postura e cordialidade no atendimento ao público.
- 8.10. A LOCATÁRIA deve assumir integralmente a responsabilidade civil e criminal por danos causados ao LOCADOR, causados por sua ação ou omissão, ou de seus empregados ou prepostos.
- 8.11. A LOCATÁRIA deve responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de reclamações trabalhistas, previdenciárias, acidente de trabalho, seguros e outros atinentes a seus empregados ou litígios de qualquer outra natureza, originária do contrato, e, no caso do LOCADOR vir a ser autuado, notificado, intimado ou acionado judicialmente, a LOCATÁRIA, ainda que em litisconsórcio, fica obrigado a assumir todos os ônus decorrentes, quaisquer que sejam, e, ainda, a buscar a exclusão do LOCADOR do polo passivo. Caso não obtenha êxito, caberá à LOCATÁRIA o reembolso dos custos incorridos pelo LOCADOR para a sua defesa e/ou eventual condenação;
- 8.12. Constituem obrigações da LOCATÁRIA, além de outras previstas no presente contrato:
- a) Manter os equipamentos limpos e vistoriados por manutenção preventiva.
 - b) Seguir todas as normas de boas práticas de manipulação de alimentos para garantir a qualidade higiênico-sanitário e nutricional dos produtos comercializados.

- c) Utilizar matéria-prima de boa qualidade para elaboração dos produtos, assim como fornecedores confiáveis e que já foram inspecionados e aprovados.
- d) Acondicionar os alimentos e bebidas em local adequado e em bom estado de conservação.
- e) Acondicionar os alimentos e bebidas que necessitem de armazenamento quente ou frio em equipamentos que garantam a qualidade do produto, em bom estado de conservação, higienizados bem como deverão ter manutenção periódica e quando necessário, preventiva.
- f) Será permitido exclusivamente assar ou aquecer alimentos no interior da Lanchonete, ficando proibida a utilização de fritadeiras ou similares.
- g) Os veículos utilizados para transportar os produtos que serão oferecidos na Lanchonete deverão estar em condições adequadas de higiene e conservação, assim como os entregadores deverão estar uniformizados e identificados.
- h) Os funcionários da LOCATÁRIA que estiverem trabalhando diretamente com o público, deverão estar uniformizados e identificados com crachás, bem como apresentar exames periódicos de saúde, manter condições de higiene pessoal e treinamento sobre bom relacionamento com o cliente.
- i) Todos os itens do cardápio disponibilizados pela LOCATÁRIA precisam respeitar as normas nutricionais, sendo necessária avaliação por um profissional nutricionista devidamente credenciado no CFN.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO LOCADOR:

9.1. Constituem obrigações do LOCADOR:

- a) Ceder a título de locação o espaço físico da cantina com direito ao consumo de água e energia elétrica, não se responsabilizando por quaisquer equipamentos e/ou mobiliários necessários ao funcionamento da mesma, como: freezers, geladeiras, fornos, mesas, cadeiras, dentre outros
- b) Permitir acesso à LOCATÁRIA e seus funcionários ao interior da unidade (CANTINA).
- c) Não permitir que outra pessoa física ou jurídica comercialize produtos que estejam à venda pela LOCATÁRIA, seja nos dias normais ou em dias programados para eventos de qualquer natureza realizados na unidade.

9.2. Poderá o LOCADOR realizar pesquisas periódicas de satisfação dos clientes para se certificar das conformidades com os padrões da saúde e segurança.

9.3. Poderá o LOCADOR designar técnico especializado para inspecionar as instalações da cantina com o objetivo de verificar se as condições de higiene, limpeza e conservação estão sendo atendidas.

9.4. Fica expressamente facultado ao LOCADOR, examinar ou vistoriar o local sempre que entender conveniente ou necessário, marcados dia e horário com antecedência.

§ 1º – Se feita a vistoria, for constatado quaisquer danos nas paredes e instalações do espaço, o LOCADOR notificará a LOCATÁRIA para que, no máximo em 05 (cinco) dias, proceda os reparos necessários, correndo as respectivas despesas por sua conta.

§ 2º – Não atendidos pela LOCATÁRIA os termos da referida notificação, o LOCADOR mandará executar os consertos ou reparos físicos necessários por pessoa ou empresa de sua livre escolha, ficando a LOCATÁRIA, obrigado ao pagamento de todos os gastos verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA POR INFRAÇÃO

10.1. As partes estipulam o pagamento da multa no valor de 3 (três) aluguéis vigentes à época da ocorrência do fato, além de outras penalidades já previstas no presente contrato e sem prejuízo de arcar com eventuais perdas e danos que ocasionar e determinar a imediata rescisão do contrato, a ser aplicada àquele que venha a infringir quaisquer das cláusulas contidas neste contrato, exceto quando da ocorrência da rescisão antecipada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Poderão as partes, mediante comunicação escrita, dar por rescindido o presente contrato de pleno direito, independentemente de qualquer outra manifestação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses, sem prejuízos de outras expressamente previstas neste contrato:

- a) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou mudança da direção ou controle acionário de qualquer das partes.
- b) Ocorrendo morte, ausência ou interdição.
- c) Ocorrendo desapropriação do imóvel locado, ou incêndio que impeça o seu uso.
- d) Inadimplemento de qualquer obrigação pela LOCATÁRIA, sujeitando-se ainda a multa prevista neste instrumento.
- e) Incapacidade técnica que impeça ou prejudique a prestação do serviço pela LOCATÁRIA, sujeitando-se ainda a multa prevista neste instrumento.
- f) Inobservância dos horários estabelecidos ou inexecução dos serviços prestados pela LOCATÁRIA, sujeitando-se ainda a multa prevista neste instrumento.
- g) Caso fortuito ou força maior, como definida pelo Código Civil.

11.2. O contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante expressa notificação, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou outro prazo se de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – BENFEITORIAS E CONSTRUÇÕES

- 12.1. Qualquer benfeitoria ou construção que seja destinada ao espaço objeto deste, deverá de imediato, ser submetida a autorização expressa do LOCADOR.
- 12.2. As benfeitorias, consertos ou reparos farão parte integrante do imóvel, não assistindo à LOCATÁRIA o direito de retenção ou indenização sobre elas, renunciando desde já, e, expressamente, às prerrogativas previstas no Código Civil Brasileiro sobre eventual direito qualquer indenização, a não ser aquelas benfeitorias que de si sejam de natureza removível.
- 12.3. A LOCATÁRIA se obriga a satisfazer todas as exigências dos Poderes Públicos a que der causa, sendo de sua exclusiva responsabilidade a regularização de sua atividade junto aos órgãos necessários, em especial à Prefeitura Municipal de Apucarana, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e outros órgãos atinentes, respondendo perante eles, outrossim, por todas as infrações a que, porventura, der causa, ainda que notificações venham em nome do LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

- a) A LOCATÁRIA declara que vistoriou as dependências do local da cantina, achando-as em conformidade com seus propósitos, e em condições de uso. Ao término deste contrato, a devolução do imóvel deverá ocorrer nas mesmas condições, não se aperfeiçoando o termo final enquanto não houver ocorrido a vistoria do LOCADOR, nas dependências do espaço locado.
- b) A LOCATÁRIA é responsável direta perante todos os órgãos que regem e fiscalizam suas atividades comerciais. Deverá, inclusive, adequar todas as instalações consoante as normas técnicas de segurança de trabalho e vigilância sanitária; nesse particular os custos decorrentes de manutenção e/ou implementação de equipamentos correrão por conta da LOCATÁRIA, entre as quais, entrega de EPI's aos colaboradores, adequação técnica de equipamentos, manutenção de sistemas elétricos e hidráulicos (normas específicas de voltagem, limpeza de caixas de gordura etc.).
- c) Em hipótese alguma a atividade praticada pela LOCATÁRIA constituirá motivos para atribuir-se responsabilidade ao LOCADOR, seja de natureza cível, fiscal ou laboral, sobretudo às relacionadas aos fornecedores da LOCATÁRIA.
- d) Nenhuma responsabilidade fiscal, previdenciária ou de natureza laboral, que envolva os empregados da LOCATÁRIA, poderá ser atribuída ao LOCADOR, cabendo à LOCATÁRIA suportar todos os ônus decorrentes de seus empregados, constituídos por lei ou pelo foro.
- e) Se por decisão judicial, o LOCADOR for reconhecido como responsável solidário ou subsidiário em questões de natureza cível, laboral, acidentária ou fiscal, de empregados da LOCATÁRIA, esta fica obrigada a dar cumprimento àquela decisão, ou ressarcir o colégio LOCADOR pelos valores que porventura tiver pago, consistindo este contrato, de plano, em título executivo extrajudicial, no caso de não atendimento ao disposto nesta cláusula.

- f) A LOCATÁRIA deverá manter seus empregados sempre uniformizados, identificados e utilizando equipamentos de proteção individual, se necessário. Deverá a LOCATÁRIA atentar sempre para as condições de segurança de seus empregados, mantendo o local de trabalho em condições salubres e em perfeito estado de conservação e limpeza.
- g) A LOCATÁRIA deverá entregar, no prazo de trinta dias a partir da assinatura deste instrumento, aos dados cadastrais de todos seus funcionários e/ou prepostos, quais sejam, nome completo, filiação, endereço residencial e número de identificação (RG) e inscrição cadastral na receita Federal (CPF). Sempre que ocorrer mudança no quadro de funcionários ou prepostos da LOCATÁRIA, esta deverá informar ao LOCADOR, sendo que o não atendimento desta determinação ensejará na proibição de acesso de pessoas não autorizadas nas dependências da escola.
- h) Dentre os empregados da LOCATÁRIA, aqueles que manuseiem numerário não poderão entrar em contato com os alimentos.
- i) Equipamentos utilizados na atividade da LOCATÁRIA e que importem na segurança do local deverão sempre ser vistoriados e substituídos se vencidos ou avariados (botijões, registros e mangueiras de gás, aparelhos elétricos, entre outros). No prazo de 30 dias, a partir da assinatura deste instrumento, a LOCATÁRIA deverá informar, por escrito, a relação dos equipamentos por ela utilizados, que necessitem de energia para funcionamento (fornos, torneiras elétricas, processadores/liquidificadores, refrigeradores/congeladores etc.), devendo conter tipo de equipamento e tipo de energia (gás ou eletricidade).
- j) Quaisquer danos ocorridos em virtude das atividades da LOCATÁRIA deverão por eles ser indenizados até a restituição das condições anteriores, inclusive os danos materiais ou morais porventura causados a terceiros.
- k) A LOCATÁRIA atenderá seus fornecedores somente em horários diversos do recreio.
- l) A LOCATÁRIA não poderá efetuar o fornecimento dos itens por ela comercializados a terceiros que estejam fora do ambiente escolar, sobretudo comercialização por meio de aplicativos.
- m) A LOCATÁRIA compromete-se a observar e cumprir integralmente a legislação vigente aplicável ao funcionamento de cantinas escolares, incluindo, mas não se limitando a:
- Lei nº 13.666/2018, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), incorporando a educação alimentar e nutricional no currículo escolar;
 - Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, especialmente no que se refere às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
 - Resolução RDC nº 275/2002 da ANVISA, que estabelece o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação;
 - Lei nº 8.234/1991, que dispõe sobre a atividade de nutricionista e a responsabilidade técnica sobre serviços de alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO:

As partes elegem o foro da cidade de São Paulo, especificamente o Foro Regional de Vila Prudente, para dirimir todas as ações oriundas do presente contrato.

§ Único – A citação da LOCATÁRIA poderá ocorrer em quaisquer endereços constantes neste contrato, podendo ser efetivada junto ao representante ou preposto da LOCATÁRIA nas dependências da cantina.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surtam os devidos efeitos legais.

São Paulo, 01 de agosto de 2025.

LOCADOR:

DEONISIA
DIADIO:75739771900

Assinado de forma
digital por DEONISIA
DIADIO:75739771900

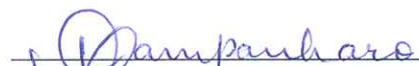
COLÉGIO NOSSA SENHORA APARECIDA
DEONISIA DIADIO – DIRETORA PRESIDENTE

LOCATÁRIA:



FÁTIMA FELISCINO MENEGATI

TESTEMUNHAS:



NOME: ROSANGELA DE M. CAMPANHARO
RG: 5.050.613-4
CPF/MF: 847.798.109-49

NOME:

RG:

CPF/MF